



RESENHA

Lucas Cruz Neves
Faculdade Mineira de Direito
PUC Minas

Com todo respeito àqueles que admiram o modelo brasileiro de controle de constitucionalidade, que, a meu sentir, é mais compatível com os sistemas de *common law* do que com a nossa realidade, fato é que nossa sociedade é constantemente bombardeada pelo surgimento de normas inconstitucionais.

A experiência de outros países, sobretudo da França, nos ensina que o controle preventivo pode ser mais eficaz e menos danoso à sociedade política do que o modelo judiciarista repressivo que nos foi imposto desde 1891.

Impedir o nascimento da norma inconstitucional pode ser muito mais eficiente do que reprimi-la a vigência depois de já surtidos os seus efeitos na vida social.

Demais disso, o controle preventivo é corolário do princípio do devido processo legislativo muito bem investigado nesta obra, que culmina por demonstrar que o modelo brasileiro necessita ser reavaliado, repensado e solidificado.

O Prof. Dr. Bruno de Almeida Oliveira¹ presenteia a academia jurídica com esta obra, que analisa o controle preventivo de constitucionalidade como garantia do devido processo legislativo. Na condução de suas cogitações, o autor investiga os diversos aspectos da fundamentação do direito, o constitucionalismo e os modelos de controle de constitucionalidade, avaliando seus pontos positivos e negativos.

A obra investiga os mecanismos de controle preventivo atuantes no direito comparado e no Brasil: as Comissões de Constituição e Justiça, o veto presidencial e o controle jurisdicional, propondo-se novas possibilidades interpretativas para tais institutos, intentando-se emprestar maior abertura democrática ao Direito Constitucional brasileiro.

Obra excelente, de grande profundidade acadêmica, que deve obrigatoriamente ilustrar as bibliotecas daqueles apaixonados pelo Direito Constitucional.

Controle do Processo Legislativo: instrumentos de fiscalização da constitucionalidade das proposições legislativas do Brasil no Brasil. Bruno de Almeida Oliveira. D'Plácido Editora, Belo Horizonte, 116 páginas.

¹ Bruno de Almeida Oliveira é Doutor em Direito Público pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), onde também obteve o título de Mestre. Escritor de diversos livros e artigos jurídicos, o autor é procurador da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, professor universitário e palestrante.